

Orientativo FEAPAES

Franca, 16 de julho de 2020.

Repasse de recurso extraordinário do cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Portaria nº 378/2020



Prezados (as) Senhores (as),

A Federação das APAES do Estado de São Paulo – FEAPAES SP, entidade de assessoramento e de defesa de direitos das pessoas com deficiência e suas famílias, vem apresentar este orientativo, baseado na Portaria do Ministério da Cidadania, nº 378 de 07 de maio de 2020, considerando:

A importância do papel do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no atual contexto de pandemia (COVID-19), na proteção da população em situação de vulnerabilidade e risco social, e o desenvolvimento de medidas necessárias para a prevenção, mitigação dos riscos e agravos sociais decorrentes da contaminação da COVID-19.

A situação de emergência em saúde pública de importância nacional decorrente do novo Coronavírus – COVID-19, o Ministério da Cidadania promulgou a Portaria nº 378, que dispõe sobre o repasse de recurso extraordinário do cofinanciamento federal, para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para os Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme detalhamento a seguir:

O recurso é destinado a qual finalidade?

Para o recebimento do recurso conforme a Portaria nº 378/2020, os estados, municípios e Distrito Federal, devem demonstrar o regular funcionamento dos equipamentos da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, tais como, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, através dos sistemas informatizados de monitoramento do Ministério da Cidadania.

Desse modo, a Portaria tem como finalidade ampliar e fortalecer as ações executadas pelo SUAS no atendimento às famílias e usuários em situação de vulnerabilidade e risco decorrente da COVID-19, garantindo em seu art. 2º:

- I-** O aumento da capacidade de atendimento da rede socioassistencial nos estados, distrito federal e municípios, às famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social;
- II-** A preservação da oferta regular e essencial dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais por meio da reorganização da oferta com vistas ao atendimento das medidas de prevenção, cautela e redução do risco de transmissão da COVID-19; e
- III-** O desenvolvimento de ações voltadas à Proteção Social, orientação e informação da população em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas à prevenção da COVID-19 e disseminação do vírus.

Como o recurso será repassado para os municípios?

Conforme o art. 3º da portaria supracitada, o repasse de recurso extraordinário se dará diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS aos Fundos de Assistência Social dos estados, municípios e Distrito Federal para os blocos de financiamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

O recurso será depositado nas contas já existentes do Fundo da Assistência Social, após a assinatura do termo de aceite feito pelo o órgão gestor, que se compromete a manter os serviços, programas e projetos socioassistenciais em funcionamento sem interrupção durante o período da pandemia.

Qual o papel do Conselho Municipal de Assistência Social, frente ao recurso?

Conforme o art. 6º da Portaria, os Conselhos Municipais de Assistência Social, instâncias de controle social da Política, deverão apreciar, acompanhar e fiscalizar a implementação das ações/atividades, os resultados e a prestação de contas dos recursos repassados.

A APAE poderá ser contemplada com o recurso?

Por se tratar de um recurso extraordinário destinado a Proteção Social das famílias e usuários atendidos pelo Sistema Único de Assistência Social que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, é importante a APAE articular com o Conselho Municipal de Assistência Social e com o órgão gestor da assistência social, apresentando as demandas dos atendimentos feitos pela instituição e sua relevância no enfrentamento da COVID-19, junto as pessoas com deficiência e suas famílias, objetivando dessa forma uma suplementação financeira e/ou parceria, com esse recurso que é temporário.

Sendo assim, é imprescindível o diálogo entre as APAEs e Secretarias de Assistência Social, bem como com o conselho de assistência social do município, visando o acompanhamento da aplicação dos recursos recebidos, haja vista que os mesmos podem apoiar ações já em execução no enfrentamento a COVID-19, inclusive aquelas destinadas as pessoas com deficiência, garantindo assim os serviços e a defesa de direitos das pessoas com deficiência e suas famílias.

Importante! A definição da aplicação do recurso é de responsabilidade do órgão gestor municipal de assistência social, com a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Onde acesso mais informações?

Para mais informações a APAE poderá consultar:

A Portaria nº 378/2020 no link: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-378-recursos-para-incremento-temporario-de-acoes-do-suas/>

O blog da rede privada do SUAS: <http://blog.mdsgov.br/redesuas/>

Telefone do Fundo Nacional de Assistência Social: (61)2030-1825

E-mail da Secretaria Nacional de Assistência Social: suas.covid@cidadania.gov.br

Telefone Secretaria Nacional de Assistência Social: 121

Acesso restrito da Federação das APAEs do Estado de São Paulo: solicitação feapaes – assistência social ou no e-mail qualidade01@feapaesp.org.br (Aline).

Agradecemos a atenção e reforçamos os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente!

Documento elaborado por:

Aline Lima

Ernestina Assunção Cintra

Cláudia Fragoso